

Requerimento

Produção integrada e agricultura biológica sem incentivos e sem estratégia

A Produção Integrada Agropecuária e a agricultura biológica estão focadas na adequação de sistemas produtivos para geração de alimentos e outros produtos agropecuários de alta qualidade e seguros, mediante a aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes, garantindo a sustentabilidade e viabilizando a rastreabilidade da produção agropecuária.

Trata-se de um processo de certificação voluntária no qual o produtor interessado tem um conjunto de normas técnicas específicas a seguir, as quais são auditadas nas propriedades rurais por técnicos credenciados pela Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente.

Com a certificação, os produtores ficam com a chancela oficial de que estão de acordo com práticas sustentáveis de produção e são consequentemente mais saudáveis para o consumo, garantindo ainda menor impacto ambiental do que produtos convencionais e a valorização da mão-de-obra rural.

As Normas Técnicas Específicas a serem seguidas pelos produtores trazem consigo, além da garantia de um produto diferenciado, a redução dos custos de produção e consequentemente maior rentabilidade para os produtores açoreanos.

Considerando que o governo Regional, ao anunciar que iria incrementar os incentivos à produção integrada e à agricultura biológica, criou expectativas nos produtores de um aumento de rendimento nas explorações e um consequente redireccionamento no modo de produção por forma a satisfazer as Normas Técnicas Específicas.

Considerando que, através do Despacho Normativo 10/2015 de 5 de Março, o Governo Regional estabeleceu o prazo de candidaturas, referente à intervenção 10.1.5- Produção integrada, prevista no Prorural+.

Considerando que este ano e relativamente a novos compromissos, o Governo Regional através do Despacho Normativo nº13/2016 de 29 de Fevereiro, não permite a candidatura à intervenção 10.1.5 destinada às explorações que pretendam iniciar esses compromissos, apenas permitindo a candidatura ao incentivo da referida intervenção às explorações que assumiram aquele compromisso anteriormente.

Considerando que este facto revela falta de estratégia, desconhecimento da realidade e até desrespeito pelo esforço dos produtores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

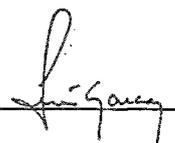
- 1- Qual a razão que levou a não serem abertas candidaturas para novos compromissos relativos à agricultura biológica e à produção integrada em 2016?
- 2- Qual o valor utilizado relativo às intervenções em causa, face ao limite orçamental estabelecido em 2015?
- 3- Quais os valores efetivamente pagos e por ilha?

Horta, 01 de Abril de 2016

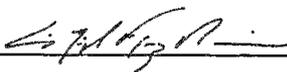
Os deputados regionais



Bruno Belo



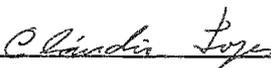
Luis Garcia



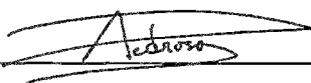
Luis Rendeiro



Renato Cordeiro



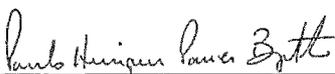
Claudio Lopes



António Pedroso



João Costa



Paulo Parece

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 953	Proc. n.º 54.03.00
Data: 06/04/01	N.º 556/ X